

CONSTITUINTE

Ulysses é vaiado e impedido de falar na entrega das emendas

por Francisca Stela Fagó de Brasília

Sob um coro de vaias das duas mil pessoas que lotavam o Salão Negro do Congresso Nacional, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, recebeu "simbolicamente" das mãos do presidente da CUT, Jair Meneghelli, as emendas patrocinadas pelas entidades populares. Apesar da manifestação de hostilidade, Ulysses Guimarães não se abalou. "São manifestações de grupos restritos, vinculados a outros partidos", comentou o presidente da Constituinte, ao retornar ao seu gabinete, após ter sido impedido de discursar pelo coro de vaias e pelos gritos de "traidor".

Até o final da tarde, mais de sessenta emendas populares já haviam sido apresentadas, desde o início do prazo. Trinta delas foram entregues ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela "articulação nacional de entidades para

mobilização popular na Constituinte", um movimento que coordenou os esforços das diversas entidades que se mobilizaram para coletar assinaturas.

Outras emendas populares poderão ser apresentadas até hoje, último dia do prazo estabelecido no regimento interno da Constituinte. As 18 horas de hoje, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, tem marcado um encontro com Ulysses Guimarães para entregar uma emenda popular em que se empenhou pessoalmente na coleta de assinaturas. A emenda propõe eleições diretas para a Presidência da República em novembro do próximo ano e foi patrocinada pela Federação Nacional dos Jornalistas, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil.

As emendas que conquistaram maior número de assinaturas foram as que trataram da reforma agrária. No conjunto, receberam



Ulysses Guimarães

mais de um milhão de adesões. Até ontem, haviam sido entregues a emenda patrocinada pela CUT e pelo Movimento dos Sem Terra e a da Campanha Nacional da Reforma Agrária, que congrega a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Hoje, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregará outra

sobre reforma agrária, porém menos detalhada que as demais. As três prevêem a instituição de duas das mais polêmicas propostas da Constituinte: a imissão imediata na posse dos imóveis desapropriados e a fixação de limite máximo para a propriedade rural.

Outra emenda que colheu grande número de assinaturas trata dos direitos dos trabalhadores. Foi apresentada pela CNBB, pela CUT e pela CGT, com 428 mil assinaturas. A emenda deverá fortalecer a defesa da estabilidade no emprego e da jornada de trabalho de 40 horas semanais, propostas já incorporadas ao projeto do relator.

Contra a previsão no texto constitucional da jornada de trabalho de 40 horas e da estabilidade no emprego pesará a emenda patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A emenda colheu 200 mil assinaturas, menos da metade de assinaturas colhidas pelos trabalhadores.

Estabilidade e 40 horas centralizam discussão dos direitos trabalhistas

por Andrew Greenlees de Brasília

A estabilidade no emprego e a jornada de trabalho continuam a centrar os debates sobre direitos trabalhistas na Assembleia Nacional Constituinte, como ficou claro ontem à noite, na sessão extraordinária convocada para a discussão do tema. E os protagonistas acabaram sendo dois dos principais líderes de classe no Congresso, o presidente do PT, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, e o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, deputado Guilherme Afif Domingos, do PL.

"Nos últimos dez anos, a indústria automobilística de São Paulo trocou uma vez e meia o total de seus trabalhadores", afirmou Lula, defendendo a adoção de "critérios para tirar o poder unilateral dos empresários para demitir". Assim, o presidente do PT quer a manutenção do princípio da estabilidade conforme aparece no anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização, onde o trabalhador tem garantido seu emprego após noventa dias de experiência, salvo demissões por justa causa ou dificuldades econômicas da empresa,

comprovadas judicialmente.

Afif Domingos rebate usando a imagem do inquilino de um apartamento alugado que tivesse garantido seu direito de morar depois de três meses. "Para quem está no imóvel, é ótimo. Mas e para quem está procurando apartamento para alugar?", comenta o deputado do PL, argumentando que o mercado de trabalho ficaria restrito. Ele prefere um sistema de seguridade "que realmente funcione", além de remeter à legislação ordinária a definição de casos em que poderia haver demissão.

Quanto à jornada de trabalho, Lula voltou a defender os 40 horas semanais como o máximo, enquanto Afif Domingos quer levar o assunto para as mesas de negociação entre funcionários e empregadores.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, disse que dará um tratamento "realista" à estabilidade, lembrando que devem ser previstos, por exemplo, mecanismos que garantam a sobrevivência de trabalhadores de empresas falimentares. Cabral também disse ser contra a "imposição" da jornada, defendendo a negociação entre as partes.

Mais de sessenta propostas

por Thaís Bastos de Brasília

O Congresso Nacional viveu ontem um dia particularmente agitado. Na secretaria da Comissão de Sistematização, encarregada de receber as emendas populares, cerca de dez funcionários trabalharam continuamente para receber mais de trinta emendas que chegaram apenas ontem. Algumas, com milhares de assinaturas, eram entregues em carrinhos de mão, e não faltaram discursos e manifestações populares na entrega dos textos.

Até as 18 horas, haviam sido protocoladas 64 emendas, cujo resumo publicamos a seguir. Até o próximo dia 20 de setembro a Comissão de Sistematização analisará as propostas populares e decidirá quais serão encaminhadas a plenário. As que não forem adotadas têm ainda a chance de serem inscritas por

qualquer parlamentar e apreciadas no plenário.

Reforma agrária — É até o momento a emenda popular com maior número de assinaturas, colhidas basicamente por três frentes de articulação. A CNBB, com emenda de número 013, recolheu 283.381 adesões. A Pastoral da Terra juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e por outro lado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra unidos à Central Única dos Trabalhadores (CUT), contabilizavam até as 18 horas de ontem, na secretaria da Comissão de Sistematização, a entrega de outras 550 mil assinaturas.

Participação popular — Outro tema que sobressai na contabilidade de adesões às emendas populares, com um subtotal de 379.076 assinaturas até as 18 horas de ontem. Subscritas por seções regionais da Ordem dos Advogados do Brasil, sindicatos, Associação Brasileira na Constituinte (Abap), Associação Brasileira de Imprensa, e apoiadas por dezenas de entidades, as várias emendas neste sentido propõem a participação efetiva da população brasileira na proposição de leis, emendas à Constituição, participação no planejamento e controle da ação governamental e até na interrupção de atos lesivos aos interesses coletivos. A de número 22 dispõe que leis e atos federais, de interesse nacional, sejam submetidos a referendo popular solicitado por 1% do eleitorado nacional (percentual que cai para 0,5% na emenda de número 21), exceção feita para matérias orçamentárias e tributárias.

Exportação de alimentos — No mesmo sentido das emendas pré-participação popular, a de número 047, inscrita por sindicatos do comércio varejista de carnes e derivados de São Paulo e Brasília, propõe que exportações de gêneros alimentícios sejam efetivadas somente após autorização do Congresso Nacional. Com 45.546 assinaturas, a emenda justifica-se, segundo os subscritores, pela necessidade da preservação do mercado interno.

Direitos do trabalhador — Totalizando 428.240 assinaturas, e subscritas pela CNBB e outras associações religiosas, bem como Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), as emendas propõem garantia de moradia aos trabalhadores em imóveis das empresas sítos nas proximidades dos locais de trabalho, ou auxílio-transporte e moradia quando não exista disponibilidade de imóveis. Há ainda vários dispositivos constantes dos anteprojeto elaborados na Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Comissão da Ordem Social da Consti-

tuinte, como estabilidade do emprego, jornada de 40 horas, direito de greve, férias em dobro e outras.

Participação lucros — Subscrita por associações de funcionários do Banco do Brasil, a emenda pede definição em lei ordinária para a participação dos empregados nos lucros das empresas, bem como acesso nas instâncias deliberativas.

Sesi/Senai — Duas emendas populares reivindicam a preservação das entidades de formação profissional da indústria. Ambas subscritas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, (Fiesp), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e Federação das Indústrias de Brasília, totalizando 632.176 assinaturas.

Ordem econômica — Sob este título a CUT e Pastoral da Terra encaminharam emenda com 200 mil assinaturas sugerindo a adoção pela Constituinte de princípios que garantam a privatização do sistema financeiro, o controle governamental sobre a atuação do capital estrangeiro no País, o monopólio estatal na exploração de recursos minerais e hidráulicos, e ainda a prévia autorização do Congresso Nacional para que o governo proceda a pedidos de empréstimo externo.

CUT e Pastoral da Terra pedem privatização das finanças

Livre iniciativa — Economia organizada segundo as leis de mercado, preferências ao setor privado na exploração das atividades econômicas e proibição de intervenção estatal que resulte em limitação da rentabilidade ou restrição à livre gestão de empresa privada, são as sugestões inscritas na emenda de número 35, de iniciativa da FIESP e Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Cooperativismo — Com 43.960 assinaturas, as organizações das cooperativas brasileiras, regionais do Rio Grande do Sul e Paraíba, solicitam através de emenda popular seja garantida na Constituição a liberdade de constituição de cooperativas, livre administração, atuação em todos os ramos de atividade, e acesso aos incentivos fiscais, sendo vedada a incidência de tributos sobre o ato cooperativo.

Imposto sobre a renda — Com exatas 30 mil assinaturas, associações comerciais e industriais de Presidente Prudente (SP) propõem percentual fixo de recolhimento do imposto sobre a renda na fonte de 10%, e uma tabela progressiva com alíquota de 5 a 25% para as demais faixas salariais.

Monarquia — Subscrita pelo Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul, a emenda de número 51 sugere que no dia 15 de novembro de 1993 seja feito um plebiscito que definirá qual o regime de governo adequado para o País, e aponta três possibilidades: república presidencial, república parlamentar ou monarquia parlamentar.

Mulher — Direito à aposentadoria para as donas-de-casa, com 134.919 assinaturas, aposentadoria aos 25 anos para as mulheres, com 32.040 assinaturas e direitos da mulher (não-discriminação profissional ou social, liberdade na determinação do número de filhos), com 42.444 assinaturas, são as emendas populares que tratam da questão da mulher na sociedade brasileira. Aposentadoria aos 25 anos, inscrita por operários, portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão. Baseia-se no entendimento de que a mulher tem dupla função ao ser requisitada no lar e fora.

Índios — Duas emendas tratam da questão do índio. Uma delas, com 41 mil assinaturas, patrocinada pela Associação Brasileira de Antropologia, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Coordenação Nacional dos Geólogos, assegura aos índios o direito às terras que ocupam e suas riquezas naturais, do solo e do subsolo. Outra, com 44 mil assinaturas, patrocinada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Associação Nacional de Apoio ao Índio e o Movimento de Justiça dos Direitos Humanos, prevê 16 artigos que dão ampla proteção aos índios.

Religião — Três emendas populares tratam do tema, somando 339.557 assinaturas. Uma pede educação religiosa obrigatória no ensino de primeiro e segundo grau, e outra, inscrita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defende a liberdade de opção religiosa, e uma terceira assinada por centros espíritas reivindica o direito à prática da mediunidade.

Família, Menor, Adolescente, Idoso — São três emendas tratando da questão, a CNBB subscrive uma delas, com 749.856 assinaturas propondo seja assegurada na Constituição o direito à vida, e proibição ao aborto, à eutanásia e à tortura. Várias associações religiosas recolheram outras 34.240 adesões propondo obrigações do Estado para com o menor e o idoso.

Outros — Há ainda emendas reivindicando a instituição de um imposto único sobre minerais, competência do Supremo Tribunal Federal para representação de inconstitucionalidade, criação dos estados de Triângulo Mineiro, Iguazu, Tocantins, Santa Cruz e saúde e educação gratuita.

Richa encaminha projeto "hércules" ao relator

por Cecília Pires de Brasília

O senador José Richa entrega hoje o projeto "Hércules" ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Ele é resultante de dois meses de trabalhos, aos quais se juntaram, na última semana, os parlamentares do chamado "grupo de consenso", composto por deputados do PMDB "progressista", PCB, PC do B, PDT e PFL "moderno". O consenso entre os dois grupos, porém, foi alcançado apenas em alguns itens.

"Este trabalho representa o consenso de 90% de nosso grupo e de cerca de 80% do grupo liderado pelo deputado Euclides Scalco", contou o senador José Richa, no início da noite de ontem. "Nós trabalhamos em torno dos pontos não polêmicos e o outro grupo em torno dos pontos polêmicos."

DEPUTADOS

Divisão do PMDB adia imunidade para Afanásio

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

A divisão da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa de São Paulo continuou, ontem, atrasando a votação da imunidade para o deputado Afanásio Jazadji, do PDS. Afanásio é acusado de difamar, em seu programa de rádio, o promotor José Damiano Pinheiro Machado Cogan e de ter incitado a população a invadir a catedral da Sé, durante uma missa em protesto contra a morte do menor Joilson de Jesus — dois fatos ocorridos antes de o radialista ter sido eleito deputado estadual.

Na terça-feira a bancada

pemedebista, que tem 37 deputados e é maioria na Assembleia, havia decidido não apoiar a imunidade, mas ontem uma nova reunião foi convocada e, até o início da noite, não havia sido realizada por falta de quorum.

O deputado Waldyr Trigo, pemedebista que se opõe à imunidade para Afanásio, contou que o líder da bancada, deputado Roberto Purini, "disse que acataria o resultado de uma votação secreta. Votamos e por 16 a 15 venceu o veto à imunidade". O deputado Nelson Nicolau, do PMDB, disse que o líder tinha certeza de que venceria o apoio à imunidade.

Afif admite candidatura

por Guilherme Arruda de Porto Alegre

O deputado constituinte pelo PL de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, disse ontem, em Porto Alegre, que vai concorrer à prefeitura da capital paulista logo após o encerramento dos trabalhos da Constituinte. No entanto, fez questão de ressaltar que a decisão final será do partido. "Já há diversos posicionamentos favoráveis à minha candidatura dentro do PL", adiantou.

Domingos esquivou-se em responder a mais perguntas sobre este assunto, dizendo que ainda é muito cedo para tratar desta questão, mas disse que, se for confirmado, assumirá a responsabilidade. Ele este-

ve no estado na manhã de ontem participando do encontro de lideranças do comércio, coordenado pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul.

Durante sua exposição aos 1.500 empresários gaúchos, Guilherme Afif Domingos disse que capital e trabalho devem-se unir contra um inimigo comum, que é o governo. Para ele, "o governo rouba do contribuinte e não presta conta à Nação", referindo-se às contribuições do PIS e Finsocial. Defendeu, também, o desatrelamento total dos sindicatos ao governo como forma de estes atingirem a maturidade. "Os trabalhadores somente obterão garantias através de negociações livres", afirmou.